

HABEAS CORPUS Nº 505.256 - SP (2019/0111560-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : ICARO BATISTA NUNES E OUTRO
ADVOGADOS : ÍCARO BATISTA NUNES - SP364125
ANDRÉ GOMES DA SILVA - SP416592
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MELISSA GODOY DE BARROS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio com pedido de liminar impetrado em favor de **MELISSA GODOY DE BARROS**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A paciente foi denunciada pela prática do crime de tráfico de drogas em concurso de pessoas por ter sido flagrada transportando 5 porções de *haxixe*, pesando aproximadamente 545g, sem autorização e em desacordo com determinação legal.

Após a instrução criminal, foi concedida em seu favor o direito à liberdade provisória com aplicação das medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319, I, II, IV e V, do Código de Processo Penal.

A defesa da paciente solicitou autorização para visitar seu marido, o corréu Adenilson Rodrigues dos Santos, preso em outra comarca do Estado de São Paulo, o que inicialmente foi deferido. Após manifestação do Ministério Público, a decisão foi reformada para indeferir o pedido de visitação formulado.

Foi impetrado pedido de *habeas corpus* no Tribunal *a quo*, tendo a ordem sido denegada por unanimidade.

Neste *writ*, a impetrante alega que é evidente o constrangimento ilegal que sofre a paciente com a negativa do pedido de visitas ao marido, preso em outra comarca. Ressalta que é a única responsável pela filha menor de 12 anos, e que a medida cautelar imposta não pode se estender à criança, a impedindo de visitar o seu pai periodicamente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja autorizada a visita pleiteada.

A liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 427).

Prestadas as informações (e-STJ, fls. 431-519 e 521-536).

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 538-545).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Nesse contexto, passo ao exame da suposta ilegalidade deduzida pela defesa.

Consoante relatado, a paciente busca a concessão da ordem para que lhe seja deferido o direito de visitas a seu marido no estabelecimento prisional em que ele se encontra, em Comarca diversa de onde ela deve cumprir as medidas cautelares que lhe

foram impostas.

O Juízo das execuções, ao proferir a decisão definitiva sobre o pedido, assim dispôs:

"Pelo que restou apurado em solo policial e demonstram os depoimentos na fase policial, Melissa e Adenilson são companheiros e a primeira foi agraciada, em audiência de custódia, com prisão domiciliar após ter declarado ser genitora de menor de 12 anos, filha do corréu, conforme demonstra a certidão de fls. 99.

Nestes termos, considerando-se (i) que Melissa e a pessoa que busca autorização para visitar no estabelecimento prisional, afastando-se de sua comarca de domicílio, são corréus, acusados de crime gravíssimo em decorrência da apreensão de expressiva quantidade de droga; (ii) que a prisão domiciliar foi deferida a Melissa por condição específica - mãe de menor de idade - que, é de se destacar, se inexistente por certo não lhe teria sido concedida, como não o foi aos demais denunciados e que a pretensão de visitação em nada favorece a infante, que poderá, em sendo o caso, visitar o pai na companhia de outro familiar; (iii) a necessidade de que os réus não mantenham contato durante a instrução criminal, REFORMO a decisão recorrida (fls. 294 da ação penal) para INDEFERIR o pedido formulado por Melissa Godoy de Barros." (e-STJ, fls. 17-18.)

O Tribunal de Justiça denegou a ordem, por unanimidade, nos seguintes moldes:

"A decisão atacada, a meu sentir, encontra-se satisfatoriamente fundamentada, a indicar que está devidamente justificada a impossibilidade de conceder à paciente o direito de ausentar-se da comarca onde reside para visitar seu marido que está preso em outra cidade do Estado de São Paulo.

De fato, a digna Autoridade apontada como coatora indeferiu o pedido de maneira razoável e criteriosa, com o nítido propósito de permitir a continuidade da convivência entre a paciente e o filho menor, sem que, com isso, fossem colocadas em risco a instrução processual e a aplicação da lei penal e sem que também fosse imposta a segregação provisória [...]

Desse modo, não vejo como possam ser ampliadas as medidas cautelares diversas da prisão estipuladas, cuja necessidade e adequação foram sopesadas e devidamente consideradas em face das especificidades do caso concreto, envolvendo a grave acusação de tráfico de expressiva quantidade de haxixe, capaz de evidenciar, em sede de cognição sumária, a destinação espúria, bem como a necessidade de manutenção do cárcere cautelar em face dos demais corréus (cf. Habeas Corpus nº 2210766-70.2018.8.26.0000, julgado em 25/10/2018, pelo meu voto nº 40002).

Realmente, não se trata de indevida intromissão nas relações interpessoais de jurisdicionados, ressaltando-se que a hipótese é sui generis, envolvendo, como se disse, a prisão em flagrante de casal, sobre o qual pesa a grave imputação da prática de crime de tráfico de

expressiva quantidade de entorpecente.

Em suma, a decisão vergastada se mostra correta, nada havendo de ilegal, não se vislumbrando qualquer constrangimento ilegal que possa estar suportando a paciente.

Em face do exposto, denego a ordem." (e-STJ, fls. 15-16.)

Como se verifica, o acórdão impugnado está em conformidade com a jurisprudência desta Corte.

Segundo reiterada jurisprudência deste Tribunal Superior, o direito de visita disposto no art. 41, X, da Lei de Execução Penal, embora seja relevante para o processo de reinserção do preso à sociedade e imprescindível para a manutenção dos laços familiares, não ostenta natureza absoluta e deve ser concedido após a análise das circunstâncias do caso concreto.

Desse modo, não há ilegalidade na decisão impugnada que negou à paciente o direito à visitação, em razão da necessidade de se assegurar a ordem pública, posto que ela e o marido são acusados de crime gravíssimo com expressiva quantidade de droga. Ademais, a decisão é correta ao não permitir que uma criança permaneça em estabelecimento prisional, situação que, no caso concreto, é suscetível de colocar em risco a integridade física e psíquica da filha menor de 12 anos, com ofensa à efetividade da norma inserta no art. 277 da Constituição Federal.

Inclusive, a jurisprudência desta Corte é reiterada no sentido de que a proteção integral aos menores deve preponderar sobre o direito do preso de receber visitas.

A propósito, confirmam-se estes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. DIREITO DE VISITA. MENOR. PONDERAÇÃO. CASO CONCRETO. PECULIARIDADES.

Consoante entendimento desta Corte, os estabelecimentos prisionais são ambientes impróprios à formação psíquica e moral de crianças e adolescentes, cuja proteção integral tem base constitucional, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, sendo certo que o direito de visita não é absoluto ou ilimitado, devendo ser ponderado diante das peculiaridades do caso concreto.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1476963/DF, rel. Mmistro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, j. 27/10/2015, DJe 13/11/2015.)

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. AUTORIZAÇÃO DE VISITA DE CRIANÇA EM PRESÍDIO. DIREITO DO PRESO. PREPONDERÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE FÍSICA, MORAL E PSICOLÓGICA DOS MENORES. ORDEM NÃO CONHECIDA.

(...)

IV - Embora seja assegurado expressamente pela Lei de Execução Penal, o direito de visitação, com o objetivo de ressocialização, não deve se sobrepor aos direitos dos menores. Isto porque os estabelecimentos prisionais são, por sua própria natureza, ambientes impróprios à formação psíquica e moral de crianças e adolescentes, cuja proteção integral tem base constitucional, nos termos do art. 227

da Constituição Federal.

V - Dessarte, na linha de precedentes desta eg. Corte, o direito de visita não é absoluto ou ilimitado, devendo ser sempre preponderante a preservação da integridade física, moral e psicológica dos menores (precedentes).

Habeas Corpus não conhecido." (HC 304.325/DF, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA j. 2/6/2015, DJe 23/6/2015.)

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DIREITO DE VISITA. COMPANHEIRO PRESO. PACIENTE QUE SE ENCONTRA EM PRISÃO DOMICILIAR.

INDEFERIMENTO DO PEDIDO. CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELO JUÍZO CRIMINAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA.

ORDEM DENEGADA. 1. O direito de visita pode sofrer limitações, diante das peculiaridades do caso concreto, conforme o disposto no parágrafo único do art. 41 da Lei de Execução Penal. 2. Não há ilegalidade na decisão do Juiz Corregedor que indeferiu o pedido de visita ao companheiro preso, à luz das condições estabelecidas pelo juízo do processo de conhecimento para o deferimento da prisão domiciliar à ora paciente.

3. Ordem denegada". (HC 390.531/CE, Sexta Turma, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 9/6/2017.)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator